



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA
LICENCIATURA EM ANTROPOLOGIA

Narrativas do crime do roubo e sua relação com estratégias de
segurança: estudo exploratório no Bairro de Maxaquene “A”

Autor: Arnaldo Alberto Mangana

Supervisor: Johane Francisco Chibaio Zonjo

Maputo, Setembro de 2025

Narrativas de crime de roubo e sua relação com as estratégias de segurança: estudo exploratório no Bairro Maxaquene “A”

Autor

(Arnaldo Alberto Mangana)

Trabalho de culminação de estudos apresentado em cumprimento dos requisitos parciais para a obtenção do grau de licenciatura em antropologia

O Supervisor

Johane Zonjo

O presidente

Quiséria Toalha

O Oponente

Hélder Nhamaze

Maputo, Outubro de 2025

Declaração

Eu, Arnaldo Alberto Mangana, estudante do curso de licenciatura em Antropologia na Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, declaro por minha honra que este trabalho é original e que nunca foi apresentado na sua essência para a obtenção de qualquer grau académico. O mesmo é fruto da minha pesquisa pessoal feita com sacrifício e dedicação, estando correctamente indicadas no texto e na bibliografia as fontes por mim utilizadas para a sua elaboração.

Dedicatória

Dedico este trabalho a Deus e meus ancestrais, por terem me concedido o dom da vida e forças para o alcance deste desiderato.

Ao meu pai, Queana Alberto Mangana, em memória.

À minha mãe, Glória Francisco Sitóe

Aos meus filhos, Alberto Beirão Arnaldo Mangana, Joana Da Felismina Arnaldo Mangana e Carmónio Arnaldo Salvado Mangana.

Aos meus irmãos, Tchotcho, mana Alice, Kid Kodass, Joaquina, Nomita, Nilza, Bernardo e Paulo.

A todos meus sobrinhos, primos e amigos dedico.

Agradecimentos

Agradeço em primeiro lugar ao meu supervisor, Doutor Johane Zonjo que sempre esteve disponível para me apoiar, encorajar e mostrando caminhos a seguir na elaboração do projecto e respectiva monografia. A sua experiência científica, me permitiu reflectir sobre como as políticas públicas abordam o crime do roubo na elaboração de estratégias de segurança.

Os meus agradecimentos são dirigidos aos docentes do departamento da Arqueologia e Antropologia, pelos ensinamentos transmitidos ao longo dos meus estudos. Agradeço bastante e de forma especial aos docentes, Emídio Gune, Sónia Seuane, Johane Zonjo, Hélder Nhamaze, Danúbio Lihaha (em memória), Margarida Paulo e Adriano Biza, por terem me indicado ferramentas científicas úteis para a percepção e interpretação da realidade sociocultural.

Ao meu amigo, o filósofo José Dorito, pela inspiração, confiança, companheirismo e incentivo para continuação da batalha nesta jornada académica. Aos meus colegas do curso de Antropologia, em especial ao Justino Khossa, Cândido Moisés, Arminda Fumo, Esmeralda Celestino, (em memória), Luís Mugube (em memória), pelo bom senso, disponibilidade, persistência, e por terem acreditado em mim neste combate intelectual no Departamento de Arqueologia e Antropologia da Universidade Eduardo Mondlane.

Aos meus colegas de trabalho, pela compreensão e apoio incondicional durante o tempo que estive ausente das obrigações profissionais por motivo da minha formação académica.

À toda minha família, em especial aos meus pais que desde cedo ensinaram me que a escola é o farol que iria iluminar o meu futuro. Obrigado papá e mamã. Aos meus filhos que por vezes andei distante deles devido a conveniências de vária ordem. Espero que vocês não desistam dos vossos sonhos e convicções. Aos meus irmãos, em especial a Nomita, pela motivação, apoio material e moral concedidos ao longo do tempo que frequentei o campus universitário da UEM e á entidade académica MOZEDUC.

Aos residentes do bairro Maxaquene “A”, vão os meus especiais agradecimentos aos informantes. Aos representantes das estruturas do bairro, aos agentes da PRM e do SERNIC afectos na 12ª Esquadra e também aos detidos por terem facultado informações necessárias para realização do meu trabalho. Aos que directa ou indirectamente deram auxílio material e moral para a concretização da presente pesquisa.

Resumo

O presente estudo enquadra-se na cadeira de Antropologia das Políticas Públicas, e aborda as narrativas do crime de roubo e sua relação com estratégias de segurança no bairro de Maxaquene “A”. O trabalho foca-se nas narrativas com vista a compreender o significado de toda dinâmica desde os actores envolvidos até as instâncias que se relacionam com crime de roubo.

O presente estudo mostra que as narrativas do crime de roubo são objecto de várias interpretações, que vão desde a aceitação, rejeição até resistência por parte dos actores envolvidos. A nível das autoridades policiais, paira a ideia de que a comunidade não colabora na prevenção do crime, porque os criminosos vivem no seio dela e esta não os denuncia. No seio comunitário, há percepção de que a corrupção e inoperância policial no combate ao crime, e recorrendo deste modo na justiça pelas próprias mãos.

Desta feita, constatamos que a percepção da comunidade é negativa e os residentes são menos propensos na colaboração com as autoridades na denúncia dos criminosos e participação activa nos programas de prevenção a criminalidade.

As narrativas do crime de roubo no bairro de Maxaquene “A”, são influenciadas por uma série de factores, incluindo a presença policial, o esclarecimento rápido dos casos reportados, iluminação pública, a corrupção, o desemprego, apoio psicossocial das vítimas, ansiedade pela justiça e o histórico de crimes.

Por fim, notamos que o desconhecimento das tramitações processuais por parte da comunidade, dado que estes carecem de transparência na disseminação, a complexidade e burocracia das instituições da administração da justiça, a linguagem técnica usada por parte dos servidores público, leva a percepção de que, do ponto de vista do Estado, as políticas públicas não visam a satisfação dos interesses e necessidades das populações.

Palavras-chaves

Crime; roubo; narrativas múltiplas; estratégias de segurança;

Lista de abreviaturas

ACIPOL- Academia das Ciências Policiais

CMCM-Conselho Municipal da Cidade de Maputo

CPP-Código do Processo Penal

CP-Código Penal

CRM-Constituição da República de Moçambique

DAA-Departamento de Arqueologia e Antropologia

DH-Direitos Humanos

FDS- Forças de Defesa e Segurança

FPLM-Forças Populares de Libertação de Moçambique

IPAJ-Instituto de Patrocínio e Assistência Jurídica

MINT-Ministério do Interior

SERNIC-Serviço Nacional de Investigação Criminal

OSTP-Ordem, Segurança e Tranquilidade Pública

PC-Policiamento Comunitário

PEU-Plano de Estrutura Urbano

PRM-Polícia da República de Moçambique

UEM-Universidade Eduardo Mondlane

Índice

Declaração.....	i
Dedicatória.....	ii
Agradecimentos	iii
Resumo	iv
Lista de abreviaturas	v
I. INTRODUÇÃO.....	1
1. CONTEXTUALIZAÇÃO:	1
2. Problema	2
3. Objectivos do estudo.....	4
3.1. Objectivo Geral:.....	4
3.2. constituem objectivos específicos do estudo:	4
4. Justificação de estudo	5
II. Revisão da Literatura	7
I. Revisão de literatura nacional.....	7
1.1. A abordagem jurídica.....	7
1.2. A abordagem política.....	8
1.3. A abordagem sócio antropológica	8
2. Revisão da literatura Internacional	10
2.1. A abordagem jurídica.....	10
2.2. A abordagem política.....	10
2.3. A abordagem sócio Antropológica	11
III. Quadro teórico e conceptual	12
I. Conceptualização.....	13
1.1. Crime.....	13
1.2. Roubo.....	13
1.3. Furto	13
1.4. Estratégia de prevenção	13
1.5. Políticas de segurança	13
1.6. Narrativas.....	13

IV. Metodologia de pesquisa	14
1. Pesquisa bibliográfica e documental.....	14
2. Trabalho de campo.....	15
2.1. Técnicas de pesquisa.....	16
2.1.1. Entrevistas semiestruturadas.....	16
2.1.2. Discussões em grupos focais	17
2.1.3. Observação directa.....	18
3. Análise e interpretação de dados.....	19
4. Desafios metodológicos	19
1.4. Formas de superação.....	20
V. Contextualização do bairro de Maxaquene “A”	21
1. Dados históricos sobre o surgimento do bairro Maxaquene “A”	21
2. Descrição do Bairro de Maxaquene “A”	22
VI. Narrativas acerca do crime de roubo entre os diferentes grupos de actores	23
1. Percepção da comunidade e dinâmicas do crime.....	23
2. Perspectivas das vítimas do crime de roubo	25
3. Envolvimento da comunidade nas políticas de segurança	27
4. Abordagens das autoridades na prevenção do crime	29
5. Perspectivas dos perpetradores do crime de roubo	33
VII. Análise das narrativas do crime de roubo no bairro de Maxaquene “A”	36
VII. conclusões	38
Referencias bibliográficas:.....	38

I. INTRODUÇÃO

O presente trabalho, com o título *narrativas de crime de roubo e sua relação com as estratégias de segurança: um estudo exploratório no bairro de Maxaquene "A"*, é uma pesquisa de culminação de estudos e resulta de um projecto de investigação apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciatura em antropologia, pela Faculdade de Letras e Ciências Sociais da UEM.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

O bairro de Maxaquene "A", localizado em uma área urbana densamente habitada, é um microcosmo complexo, onde as interações sociais, económicas e culturais proporcionam um terreno fértil para o desenvolvimento de diversas formas de roubos. Essas manifestações do crime do roubo variam em suas características, causas e efeitos, reflectindo os desafios específicos que essa comunidade enfrenta em busca por segurança e estratégias de prevenção.

A criminalidade é um fenómeno que existe em todas as sociedades e é concebido como “fenómeno social normal” (Durkheim, 1995).

A antropologia Criminal foi uma corrente científica surgida no final do século XIX, que seguia os padrões da Escola Positivista. Foi elaborado pelo médico Italiano, Cesare Lombroso, que defendia a ideia do determinismo biológico no campo criminal, associada ao carácter hereditário para a delinquência (Santos 2003).

O fenómeno criminalidade preocupa toda sociedade, o que leva alguns autores como Cusson (2007) a questionar “será possível haver um único dia sem notícias sobre fraude, um assalto, uma violação? Quem consegue escapar hoje, à informação sobre crime”?

O crime é um fenómeno social complexo que permeia a história da humanidade, evoluindo de acordo com o contexto e as características culturais de cada sociedade (Smith, 2018). No caso do bairro Maxaquene "A", o roubo é uma manifestação do crime que desempenha um papel

significativo nas dinâmicas urbanas, impactando profundamente na sensação de insegurança dos moradores.

O presente estudo se concentra na análise das diferentes narrativas das diversas manifestações do crime do roubo neste contexto específico. Aqui, as interpretações do roubo não se limitam apenas á análise jurídica, mas também requerem uma compreensão profunda das dinâmicas sociais, económicas e culturais que o rodeiam. A forma como o roubo é percebido e abordado pode variar significativamente, dependendo do ponto de vista do observador, das normas sociais e das políticas de segurança em vigor (Brown & Davis, 2017).

Portanto, este estudo não visa apenas aprofundar nossa compreensão das manifestações do crime do roubo no bairro de Maxaquene "A", mas também fornecer elementos valiosos e de reflexão para o desenvolvimento de estratégias de prevenção do crime que estejam alinhadas com as necessidades específicas desta comunidade. À medida que exploramos as múltiplas facetas do roubo neste contexto, esperamos que esta pesquisa traga luz a um tema crucial e, assim, contribua para uma sociedade mais ordeira, segura e tranquila.

2. Problema

O Bairro de Maxaquene "A" apresenta um microcosmo complexo e desafiador, situado em uma área urbana muito habitada, onde a maioria das suas construções não obedeceu o Planeamento de Estrutura Urbano (PEU). O aumento da densidade populacional, aliado a factores socio-económicos, como o desemprego, desigualdades de renda e o acesso limitado a serviços públicos, cria um ambiente propício para o surgimento de crimes, com destaque para o roubo.

A complexidade das dinâmicas urbanas e criminais em comunidades como Maxaquene "A" não é única, sendo evidente em várias partes do mundo. A criminologia e antropologia têm desempenhado um papel fundamental na compreensão desses fenómenos, fornecendo elementos para o estudo das interpretações do crime do roubo em contextos urbanos. Em palavras de Johnson e Brown (2019), "a criminalidade urbana é uma preocupação global que exige análises aprofundadas de suas manifestações e interpretações".

A diversidade de interpretações do crime, não é apenas entre as vítimas e os perpetradores, mas também entre os membros da comunidade, as autoridades e a sociedade em geral, é uma questão que tem sido abordada a nível internacional. Conforme apontado por Smith (2018), "as percepções do crime variam de acordo com as experiências, os valores e as normas culturais, levando a interpretações multifacetadas do mesmo fenómeno".

No contexto nacional, pesquisas como a realizada por Silva e Santos (2017) sobre os factores sócio-económicos e sua relação com o crime em áreas urbanas densamente povoadas têm destacado a importância de compreender o ambiente específico em que o crime ocorre. Nesse sentido, a interpretação do roubo também está sujeita a influências culturais e sociais, como destacado por Sousa (2020) em seu estudo sobre o impacto das normas culturais nas percepções do crime.

Além disso, comunicados do Ministério do Interior de Moçambique apontam para a relevância das interpretações do crime do roubo no contexto local. Segundo o Ministério, "as percepções das comunidades locais sobre o crime desempenham um papel crucial na formulação de políticas de segurança que sejam eficazes e respeitem as particularidades culturais e sociais moçambicanas".

Os moradores do bairro de Maxaquene "A" vivem momentos de terror na calada da noite e afirmam que muitas pessoas sofrem assaltos na via pública e são arrancados os seus bens com maior destaque para telemóveis, carteiras, dinheiros e outros. As residências também não escapam das acções dos criminosos. Há acusações mútuas entre os moradores e a polícia. Os primeiros acusam a polícia de não cumprir com o seu papel de garantir a ordem social, e estes, por sua vez acusam os moradores de não colaborarem no combate ao crime.

Este cenário faz com que em determinados contextos, as pessoas não recorrem a lei e a polícia para a manutenção da ordem, recorrendo a mecanismos á margem das normas jurídicas e penais através dos quais as pessoas estabelecem uma base de Convivência social que não se refere ao governo ou Estado e seus agentes, Paixão e Beato (1997).

No seu discurso, a polícia afirma ter a situação do crime controlada. Não aborda as causas do crime e geralmente estas estão por investigar e apenas fala dos procedimentos legais, das medidas de prevenção e combate do crime e dos dados estatísticos.

No seu discurso, os moradores apontam a falta de iluminação na via Pública, a falta de segurança, o mau desempenho da instituição de controlo social (Polícia), a desestruturação no planeamento físico-urbano que originou os "becos", o consumo de drogas e a falta de emprego ou oportunidade de sobrevivência por parte da população jovem, como sendo as principais causas do crime naquele bairro.

Diante desse cenário, é fundamental investigar como a diversidade de interpretações do crime do roubo no Bairro Maxaquene "A" afecta não apenas a percepção da comunidade, mas também as estratégias de prevenção do crime e a eficácia das políticas de segurança. As implicações dessa pesquisa podem ser amplamente aplicadas não apenas em nível local, mas também em contextos urbanos semelhantes em todo o mundo, contribuindo para uma compreensão mais abrangente das complexidades do crime urbano e das interpretações que o cercam.

Assim sendo, a pergunta de partida da pesquisa é: *até que ponto as diferentes narrativas de crime de roubo no bairro de Maxaquene "A", concorrem para a produção de diferentes estratégias de prevenção?*

3. Objectivos do estudo

3.1. Objectivo geral:

O presente estudo visa compreender até que ponto as narrativas do crime de roubo, concorrem nas estratégias de prevenção e nas políticas de segurança.

3.2. constituem objectivos específicos do estudo:

- Identificar as diversas narrativas locais do crime do roubo, considerando as perspectivas das vítimas, perpetradores, membros da comunidade e autoridades locais e policiais;
- Analisar padrões e divergências nas percepções do roubo, a fim de compreender como essas interpretações afectam a dinâmica do crime na comunidade;
- Explicar o impacto das interpretações do roubo na eficácia das estratégias de prevenção do crime e nas políticas de segurança.

4. Justificação de estudo

A escolha do tema deve-se a vários factores, onde destaco dois, sendo que o primeiro é o campo da antropologia das políticas públicas, no processo de adopção de estratégias de prevenção do crime e nas políticas de segurança, dado que, o crime de roubo resulta das relações sociais entre os indivíduos.

A antropologia das políticas públicas procura entender como é que as políticas públicas se relacionam com as populações, e como essas políticas são vividas e percebidas ao nível local, ou seja, o que as pessoas em um determinado contexto fazem em nome das políticas públicas e o seu significado (Shore e Wright 1977; Wedel et al 2005).

O estudo visa fornecer uma contribuição científica que irá expandir o conhecimento sobre as narrativas do crime do roubo em contextos urbanos similares ao bairro de Maxaquene “A”. O crime de roubo é uma realidade social que não está a margem de qualquer dimensão social, política, económica, académica, jurídica ou outra. Os resultados poderão enriquecer a literatura académica, servindo como referência para futuros estudos relacionados a crimes urbanos. Além disso, a pesquisa pode inspirar novas abordagens teóricas e metodológicas para entender a relação das diversas narrativas do crime e as políticas de segurança.

Do ponto de vista académico, esta pesquisa tem várias implicações importantes. Ela contribuirá para o campo da antropologia criminal e da sociologia, ao expandir o conhecimento sobre as interpretações do crime em contextos urbanos específicos. Os resultados podem enriquecer a literatura académica, servindo como referência para futuros estudos relacionados a crimes urbanos e percepções da comunidade. Além disso, a pesquisa pode inspirar novas abordagens teóricas e metodológicas para entender a relação entre interpretações do crime e políticas de segurança.

A escolha do bairro Maxaquene “A”, deve-se ao facto de ser um lugar que regista com muita frequência casos de criminalidade urbana, no seu espaço público e doméstico, sendo que a escolha deste tipo de crime (roubo), para a sua análise, é pelo facto de ser um dos crimes mais mediatizados, que afecta o património material e financeiro dos indivíduos, sendo que, o roubo é um tipo de crime contra a propriedade. E por ser uma área com maior aglomerado populacional e que detêm um maior número de instituições económicas de natureza pública e privada.

Quanto a estrutura do trabalho o mesmo está organizado em seguintes partes: (i) introdução, onde constam a contextualização, problema, objectivos, e justificativa do estudo; (ii) a revisão literária, onde constam diversos posicionamentos sobre o tema; (iii) o quadro teórico conceptual; (iv) a metodologia e os procedimentos da pesquisa; (v) contextualização do bairro de Maxaquene “A”; (vi) narrativas acerca do crime de roubo entre diferentes grupos de actores, (vii) análise das narrativas do crime roubo no bairro de Maxaquene “A” e por último apresenta-se as considerações finais do estudo.

II. Revisão da Literatura

1. Revisão de literatura nacional

No contexto moçambicano em particular, o crime de roubo é analisado em várias perspectivas. Aqui consideramos três perspectivas para análise desta problemática: abordagem jurídica-legal, sócio-política e sócio-antropológica.

1.1. A abordagem jurídica

De acordo com o artigo 1º do código penal (CP), o crime ou delito é o facto voluntário declarado punível pela lei penal. Portanto, a sua prática merece um sanção jurídica penal. Percebendo se, contudo, que, na visão do legislador, a questão do crime esta assente numa perspectiva jurídico-legal.

O artigo 5º do mesmo código, afirma que nenhum facto, ou consista em acção ou omissão, pode julgar-se criminoso, sem que uma lei anterior o qualifique como tal.

No artigo 432º, é qualificado como roubo a subtracção de coisa alheia, que se comete com violência ou ameaça contra as pessoas. A entrada em casa habitada, com arrombamento, escalamento ou chaves falsas, é considerada como violência contra as pessoas, se elas efectivamente estavam dentro nessa ocasião.

O conceito jurídico-legal do crime tem sido objecto de críticas e questionamentos. As críticas se baseiam na percepção de que essa definição tem limitações e nem sempre capta a complexidade do fenómeno criminal. O facto de ser punível pela lei não aborda as condições comportamentais e sociais do criminoso bem como as suas causas.

De acordo com a constituição da República de Moçambique CRM (2004), a polícia em colaboração com outras instituições do Estado, tem como função garantir a lei e a ordem, salvaguardando a segurança de pessoas e bens, a tranquilidade pública, o respeito pelo Estado de Direito Democrático e a observância estrita dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos.

A Lei n° 16/13, de 12 de Agosto (Lei Orgânica da PRM), destaca que, a causa basilar da criação da polícia da República de Moçambique, é a prevenção e combate à criminalidade, entendida sob ponto de vista de toda acção contrária a lei.

1.2. A abordagem política

Em Moçambique a criminalidade para além de ser um problema de ordem económica relacionada com estágios incompleto de desenvolvimento, é também um problema de justiça social Maloa (2012), numa sociedade em que não se reconhece o outro como sujeito de direitos, facto que leva diversos grupos sociais, principalmente os desfavorecidos a se sentirem excluídos.

Segundo o relatório do MINT (2018), ao nível do comando da PRM-Cidade de Maputo, registou-se uma redução dos crimes do roubo, devido a aplicação das medidas de prevenção, derivado do reforço do efectivo policial com afectação de novos membros da PRM recém-formados e do trabalho efectuado pela Direcção do SERNIC.

Como forma de preencher as lacunas no que diz respeito à segurança pública, o Ministério do Interior (MINT), adoptou em 2001 o policiamento comunitário (PC), (Alberto, 2014) de modo a responder à situação do aumento da criminalidade nos bairros periféricos, das violações dos direitos humanos e do estreitamento das relações entre a polícia e a comunidade, na garantia da ordem e segurança pública.

O recurso à polícia acontece quando o conflito é iminente (Mandamule, 2016) envolvendo particulares, além das situações que envolvem comunidades em contexto de urbanização, em Moçambique verifica-se uma diversidade criminal agrupada em crimes contra a propriedade, crimes contra a honra e vida de pessoas e crimes contra a ordem e segurança pública.

1.3. A abordagem sócio antropológica

O terceiro grupo analisa o crime numa perspectiva sócio antropológica. De acordo com Bernardo (2016), afirma que o crime de roubo é perpetrado, na sua maioria por indivíduos de sexo masculino que se movimentam livremente na calada da noite, munidos de instrumentos

contundentes como facas, machado, martelo e por vezes com armas de fogo. As principais vítimas deste crime tem sido as residências mais afastadas da esquadra e que possuem ruas estreitas e quase sem nenhuma iluminação.

Fernandes (1994), afirma que os bairros de habitação social e as zonas de habitação precária ou degradada são lugares onde o cidadão médio corporiza o seu medo e onde se localiza o foco principal da insegurança urbana. Todavia, este autor explica que, isto decorre do facto de que os bairros concentram, pelo menos no imaginário popular, as figuras associadas do crime (classes desfavorecidas, juventude desocupada, consumo e venda de drogas e álcool).

Autores como Monjane (2009), Tamane (2004) e Sengulane (2003), seus estudos tem como foco de análise a problemática de reincidência criminal, ou seja, eles abordam por um lado a relação entre o “criminoso em si” e a sociedade, e por outro lado a relação entre o “criminoso em si” e as instituições de controlo social formal que são aqui restringidas as instituições prisionais da cidade de Maputo.

No estudo destes autores, trazem uma visão crítica em torno das práticas prisional, na medida em que denunciam a cadeia como espaço onde ocorre a etiquetagem do sujeito detido e consequentemente reprodução do crime, uma vez que esta falha na sua tarefa principal que é a socialização e reeducação dos desviantes e devido a estigmatização a que se encontram sujeitos os reclusos assim que abandonam o espaço prisional, estes procuram integração em grupos de pares igualmente estigmatizados, incorrendo assim em novas práticas criminais e se tornam reincidentes.

2. Revisão da literatura Internacional

2.1. A abordagem jurídica

De acordo com (Dias e Andrade 1997), para além de serem relativas as vantagens de conceito jurídico legal de crime, demonstra se que tal conceito apresenta graves insuficiências que as diversas críticas têm posto evidência e em nome das quais se tem multiplicado as tentativas de definição alternativa.

O crime é definido como um acto voluntário declarado punível pela lei penal. Essa definição ressalta a perspectiva jurídico-legal do conceito de crime, em que a prática criminosa é vista como uma violação da lei e, portanto, sujeita a sanções legais. No entanto, é importante notar que essa definição tem limitações.

Conforme destacado por Dias e Andrade (1997), o conceito jurídico-legal de crime tem sido objecto de críticas e questionamentos. As críticas se baseiam na percepção de que essa definição nem sempre captura a complexidade do fenómeno criminal. O simples fato de algo ser declarado punível pela lei não necessariamente aborda a raiz do comportamento criminoso ou suas causas subjacentes.

A lei estabelece que nenhum facto pode ser considerado criminoso a menos que uma lei anterior o qualifique como tal. Isso ressalta a importância da legislação na determinação do que é considerado crime, mas também levanta questões sobre a evolução das normas legais e sua adequação à compreensão em constante mudança da sociedade sobre o que é criminoso.

2.2. A abordagem política

As interpretações sobre o roubo desempenham um papel central na formulação de políticas de segurança. Autores como Brown (1917) e Santos (2020), contribuíram com elementos sobre o impacto das autoridades.

Em seu estudo, Ferreira (2019), analisou como as políticas de segurança impactam o ambiente urbano e a dinâmica do crime. Ele observa que as políticas de segurança podem moldar o comportamento dos actores envolvidos, incluindo a comunidade, a polícia e os criminosos.

Gomes (2021), investigou as diferentes abordagens adoptadas pelas autoridades de segurança na prevenção do roubo. Ele destaca que a interpretação das autoridades sobre o roubo pode influenciar na prevenção ou em abordagens mais sociais e de reabilitação.

2.3. A abordagem Sócio-Antropológica

O fenómeno da criminalidade em antropologia pode ser interpretado a partir da análise do comportamento desviante, pois, na perspectiva de Velho (1985) a ideia de desvio de um modo ou de outro implica a existência de um comportamento “médio” ou ideal, que expressaria uma harmonia com exigências do funcionamento do sistema social.

Velho (idem), no seu estudo mostra que os indivíduos são desviantes de acordo com os contextos onde se encontram inseridos, em determinados contextos os indivíduos podem se comportar de acordo com os respectivos padrões culturais e noutros serem desviantes, desta forma conclui que “o desviante é um indivíduo que não está fora da sua cultura, mas que faz uma leitura divergente”.

Oliveira (2003), afirma que os actores sociais agem e comportam-se de acordo como percebem e concebem as coisas. Assim sendo, mesmo que o sentimento de insegurança não corresponda directamente a experiência vivida pelas pessoas, o comportamento e a acção delas são moldados por aquele sentimento.

A obra da Escola de Chicago tornou-se respeitada entre os anos 1920 e 1930, especialmente em função dos trabalhos que estabeleceram relação entre a organização do espaço e a criminalidade. A partir daí, o crime passou a ser entendido como produto da urbanização (Freitas 2002).

Para Durkheim (1977), crime é toda acção contrária aos costumes, á moral e á lei, que é legalmente punida, ou que é reprovada pela consciência colectiva na medida em que ofende determinados estados fortes da consciência colectiva. O crime é um caso de saúde pública e parte indissociável de qualquer sociedade sã, não sendo deste modo uma patologia, porém as sociedades precisam punir os criminosos em primeiro lugar: para evitar a ameaça geral á segurança geral, á segurança das pessoas e de seus bens.

III. Quadro teórico e conceptual

Na presente pesquisa, apoiamo-nos na teoria interpretativa de Clifford Geertz (1989) com auxílio do interaccionismo simbólico de Blumer (1980). Estas duas perspectivas foram de extrema importância na análise das relações estabelecidas entre diferentes actores envolvidos no crime de roubo, assim como as narrativas produzidas nas estratégias de segurança.

A abordagem interpretativa permite-nos compreender como é que as políticas públicas se relacionam com as populações acerca do crime do roubo e como elas são vividas ao nível local. Observamos que as pessoas constroem uma variedade de narrativas sobre as instâncias que tratam da gestão de assuntos criminais.

O modelo interpretativo do Geertz (1989) consiste em captar a teia de significados que as pessoas em um determinado contexto produzem nas suas múltiplas relações, através da descrição densa que é o método etnográfico. É neste contexto que procuramos compreender o que as pessoas pensam ou narram sobre as abordagens institucionais no crime de roubo.

O interaccionismo do Blumer (1980) foi articulado à medida que as interacções entre indivíduos são guiadas por significados que cada um atribui às coisas, quer de forma colectiva ou individual. Esta teoria defende que o significado é um dos mais importantes elementos na compreensão do comportamento humano, das interacções e dos processos. Para Carvalho (2010), o Significado é um produto social, uma criação que emana das actividades dos indivíduos à medida que estes interagem.

O presente estudo visa captar as narrativas dos moradores, agentes da PRM, vítimas e perpetradores do crime roubo, afim de compreender até que ponto influenciam na segurança e estratégias de prevenção do crime.

As interpretações do crime do roubo desempenham um papel fundamental na compreensão de como diferentes autores percebem e respondem a esse fenómeno complexo.

I. Conceptualização

1.1. Crime

De acordo com o artigo 1º do código penal, o crime ou delito é o facto voluntário declarado punível pela lei. Portanto, a sua prática merece uma sanção jurídica penal. O artigo 5º do mesmo código, afirma que nenhum facto, consista em acção ou omissão, pode julgar-se criminoso, sem que uma lei anterior o qualifique como tal.

1.2. Roubo

No artigo 432º do mesmo código, é qualificado como crime de roubo a subtração de coisa alheia, que se comete com violência ou ameaça contra as pessoas. A entrada em casa habitada, com arrombamento, escalamento ou chaves falsas, é considerado como violência contra as pessoas, se elas efectivamente estavam dentro nessa ocasião.

1.3 Furto

No artigo 270º do Código Penal, é qualificado como crime de furto a subtracção de coisa alheia sem o cometimento da violência ou ameaça contra as pessoas.

1.4. Estratégia de prevenção

Define-se como estratégias de prevenção o procedimento ou metodologia que permite evitar problemas e garantir segurança em diferentes áreas da vida.

1.5. Políticas de segurança

Considera-se políticas de segurança, plano de acção para protecção de um conjunto de património alcançar metas e objectivos de uma organização.

1.6. Narrativas

Narrativas é qualquer relato de uma série de eventos ou experiências relacionadas, seja ficcional ou não-ficcional. As narrativas podem ser apresentadas através de uma sequência das palavras escritas ou faladas.

IV. Metodologia de pesquisa

O presente estudo foi realizado com base na pesquisa qualitativa, com carácter descritivo usando o método etnográfico. Segundo Minayo e Sanches (1983), o uso da abordagem qualitativa permite ao investigador explorar a subjectividade do objecto, o mundo dos significados, das acções e relações humanas e os aspectos que escapam através da revisão da literatura (pesquisa documental).

Para Mailinowski (1978), estudar instituições, costumes e códigos, ou estudar o comportamento e mentalidade do homem, sem atingir os desejos e sentimentos subjectivos pelos quais ele vive, e sem o intuito de compreender o que é a essência da sua felicidade é perder a maior recompensa que se possa esperar do estudo do homem.

O uso da etnografia como método adoptado nesta pesquisa deve-se a possibilidade que oferece na realização de pesquisa baseada no contacto directo com os actores sociais. Este método é acompanhado pelo método monográfico ou estudo do caso, que consiste segundo Andrade (2006), no estudo de determinados indivíduos, profissões, condições, instituições, grupos ou comunidades com finalidade de obter generalizações.

Neste estudo optamos por uma abordagem baseada na pesquisa bibliográfica e documental, o trabalho do campo e na análise e interpretação de dados.

1. Pesquisa bibliográfica e documental

A primeira fase do estudo consistiu no levantamento preliminar de dados obtidos pelos estudos anteriores sobre a matéria em análise. Silva e Menezes (2001), afirmam que a técnica de revisão de literatura consiste na colecta de informação e de dados sobre determinado assunto e que estão dispostos na literatura sobre o assunto em causa, ou na diversa literatura relacionada. Trata-se de uma pesquisa de índole político-jurídico, como de índole sócio-antropológica que versa sobre a questão do crime do roubo a nível nacional e internacional, através de livros, dissertações, monografias, entre outros documentos oficiais, disponíveis na biblioteca Brazão Mazula, na biblioteca do DAA, ACIPOL e em outros documentos oficiais e em fontes virtuais.

Esta pesquisa permitiu perceber o relativismo do crime de roubo nas perspectivas nacional e internacional, demonstrando as várias abordagens e afirmando semelhanças em outros estudos similares. A pesquisa permitiu nos informar de forma mais aprofundada sobre a Antropologia das Políticas Públicas, tendo em consideração que na análise das políticas públicas no crime de roubo, as dinâmicas são objecto de várias interpretações, que vão desde a rejeição, aceitação até a resistência por parte dos actores envolvidos.

2. Trabalho de campo

A segunda fase consistiu na realização do trabalho de campo aliado a observação directa dos aspectos possíveis á nossa vista, na cidade de Maputo, concretamente no bairro Maxaquene “A”, nas seguintes entidades: 12^a Esquadra da PRM, círculo do bairro, moradores, vítimas e perpetradores do crime.

Esta fase consistiu na recolha de dados, através de do contacto directo com o objecto do estudo, por meio de entrevistas semiestruturadas.

As entrevistas semi-estruturadas são uma técnica de comunicação e interação humana Quivy e Compenhoudt (190) que permitem ao pesquisador colher dados através das informações dos entrevistados e que servem de matéria para análise e são compostas por um guião previamente preparado de questões, abrindo espaço para a colocação de outras questões durante a conversa com o entrevistado. Esta técnica apresenta como principais vantagens, “o grau de profundidade dos elementos de análise recolhidos e a flexibilidade e fraca directividade do dispositivo que permite recolher testemunhos e as interpretações dos interlocutores, respeitando os próprios quadros de referencias, a sua linguagem e as suas categorias mentais” (Idem:193).

As entrevistas semi-estruturadas apresentam as seguintes desvantagens: “a flexibilidade do método pode intimidar aqueles que não conseguem trabalhar com serenidade sem directivas técnicas precisas. Inversamente, outros podem pensar que esta relativa flexibilidade os autoriza a conversarem de qualquer maneira com os interlocutores, (Idem:193) e a dificuldade dos entrevistados em cederem às entrevistas por fraco conhecimento do fenómeno em estudo.

A observação directa trata-se de um método no sentido restrito, baseado na observação visual, Quivy e Compenhoudt (1995) que visa captar os comportamentos dos actores sociais no momento em que ocorram, dando possibilidade ao pesquisador de vivenciar os factos pessoalmente no espaço e tempo concreto. Segundo (Idem :196) a observação directa é vantajosa porque garante a apreensão dos comportamentos e dos acontecimentos no próprio momento em que se produzem sem usar palavras.

O trabalho de campo foi realizado durante quatro meses, no período de mês de Maio a Outubro. Foram recolhidos dados junto a 12ª Esquadra, pois, é a esquadra responsável pela jurisdição do bairro de Maxaquene “A”, na manutenção da ordem, segurança e tranquilidade públicas (OSTP).

A nível da instituição policial foi possível, a interação com agentes da PRM que exercem as seguintes funções: oficial de permanência, patrulheiro, chefe de sectorização policial a nível do bairro de Maxaquene "A" e agentes do SERNIC afectos naquela esquadra.

Deslocamos ao círculo do bairro de Maxaquene “A”, onde nos apresentamos junto ao secretário, onde explicamos o propósito da pesquisa. Por sua vez, nos dirigiu aos responsáveis dos assuntos de segurança nos quarteirões um e dois e aos respectivos chefes destes dois quarteirões.

Para efeitos de identificação dos moradores e vítimas do crime recorreu-se à orientação dos representantes das estruturas locais, e quanto ao acesso para entrevista aos perpetradores do crime do roubo, fomos facultados pela PRM, em serviço na 12ª esquadra.

2.1. Técnicas de pesquisa

2.1.1. Entrevistas semiestruturadas

As entrevistas semiestruturadas permitiram-nos colher dados de forma mais efectiva através de questões abertas e espontâneas para alcançar os objectivos da pesquisa, assim como afirma Gil (2008), que a entrevista semiestruturada oferece flexibilidade, visto que o entrevistador pode esclarecer o significado das perguntas e adaptar-se mais facilmente às pessoas e às circunstâncias durante a entrevista. Permite também captar a expressão corporal do entrevistado, bem como a tonalidade de voz e ênfase nas respostas.

As entrevistas foram realizadas nas casas, na 12^a esquadra da PRM, no círculo do grupo dinamizador do bairro de Maxaquene e em outros lugares previamente combinados. Os grupos de entrevistados era composto por moradores, membros da PRM, vítimas, autoridade local e perpetradores do crime de roubo detidos nas celas daquela esquadra. As entrevistas com estes actores, permitiram nos explorar as perspectivas e experiências em relação ao crime de roubo naquele espaço.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas em forma de perguntas fechadas e abertas, onde o informante tem a prerrogativa de se explanar à vontade. Seguindo um padrão de questões previamente definidas, deixando o entrevistado responder sem perder o rigor científico.

Houveram dificuldades na interação com os entrevistados, estes, porque temiam possíveis represálias e exposição pública, mas este constrangimento, foi ultrapassado com a explicação do propósito da pesquisa, sua importância e protecção de identidade.

Kennedy (2006) considera que a integridade da pesquisa inclui a incorporação de códigos de ética pessoal e profissionais no projecto de pesquisa e também inclui aderir a estes códigos enquanto o estudo é realizado. As questões éticas devem ser consideradas e reflectidas em todo o processo de pesquisa.

2.1.2. Discussões em grupos focais

As discussões foram feitas em número de quatro em cada grupo de actores, sendo que a escolha dos entrevistados foi feita de forma aleatória, excepto a entrevista aos responsáveis de segurança nos quarteirões um e dois e os respectivos chefes, em que fomos indicados pelo secretário de bairro. No perfil dos entrevistados tivemos em consideração a idade, a ocupação e tempo de residência, sendo que para os membros da PRM em serviço na 12^a tivemos em consideração a idade, função que desempenha e o tempo de serviço naquela instituição policial. Nesta temática as entrevistas eram exclusivamente dirigidas às vítimas residentes no bairro de Maxaquene "A", moradores do mesmo bairro, que têm alguma experiência acerca do crime de roubo, aos membros da PRM afectos na 12^a esquadra e aos detidos indiciados no crime de roubo no mesmo

bairro. O objectivo desta técnica foi captar perspectivas diferentes, olhando para a convergência e divergências sobre o assunto.

2.1.3. Observação directa

A observação directa permitiu-nos captar aspectos possíveis de observar no campo. Esta técnica visa a compreender a linguagem dos informantes, seus comportamentos, seus sentimentos, atitudes e formas de agir, assim como sua expressão corporal durante as interações que tivemos em diversos momentos da pesquisa.

Lakatos e Markoni (2003) ensinam que a observação é uma técnica de colecta de dados que utilizada os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar factos ou fenómenos que desejam estudar. As autoras sustentam que a observação ajuda o pesquisador a identificar e a obter provas a respeito de objectivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento.

Durante a entrevista foi possível captar comportamentos diferenciados em cada grupo de actores. As narrativas das autoridades policiais e locais, defendem o cumprimento das leis e uma abordagem institucional acerca do crime do roubo, mas as vítimas e alguns moradores não confiam nas instituições policiais e na administração da justiça, propondo a justiça pelas próprias mãos. Estes últimos afirmam que a nível das instituições observam-se muitas formalidades e a objectividade do questionamento mediante provas, pondo em causa a expectativa e ânsia pela justiça.

Na recolha de dados, apoiamo-nos num telemóvel, que usamos para efectuar contactos, gravações e captação de imagens, lápis, esferográfica e um bloco de notas, onde registávamos sempre que possível as conversas, as nossas reflexões, as nossas inquietações, o que ouvíamos e observávamos no campo relativamente á matéria da nossa pesquisa. Durante a interação com as autoridades policiais, estrutura do bairro, vítimas, moradores e perpetradores, constatou-se que há crimes de roubo que ocorrem na via pública e outros que ocorrem nas residências e estabelecimentos comerciais, com maior frequência no período nocturno e geralmente é praticado por indivíduos jovens do sexo masculino e acerca das vítimas não há discriminação do sexo e nem idade, qualquer indivíduo pode ser vítima do crime.

Quanto aos bens que são alvo dos criminosos, diferem do espaço onde o crime ocorre. Na via pública, os criminosos subtraem bens dos transeuntes nas ruas ou estrada, onde com recurso a violência arrancam carteiras, telemóveis, dinheiro e outros objectos de uso pessoal. Nas residências os criminosos preferem eletrodomésticos, tais como, TV, botijas e outros bens com valor comercial. Quanto aos estabelecimentos comerciais, estes arrombam e levam consigo artigos que se encontram a venda e há casos em que ameaçam e amordaçam os guardas, chegando até ao assassinato.

Durante a ocorrência do crime de roubo, há casos em que concorrem outros crimes, por exemplo, o homicídio e agressão física com lesões graves e ligeiros. Esses casos surgem quando os criminosos estão munidos de armas de fogo e armas brancas para ameaçar e repelir a resistência por parte das vítimas.

3. Análise e interpretação de dados

Esta fase consistiu na análise de dados colhidos durante a pesquisa e sua articulação com diversa literatura que trata do mesmo fenómeno para a elaboração da monografia e compreensão da matéria em análise.

4. Desafios metodológicos

Um dos desafios foi na recolha de dados, porque as pessoas e as instituições contactadas encerraram com desconfiança os pesquisadores e têm receio em falar das questões de natureza criminal. Á priori, pensávamos que seria uma matéria de fácil abordagem, uma vez que, assistimos nos programas televisivos, em especial ao *Balanço Geral da TV Mira Mar*, as pessoas a clamarem pela justiça, mas ao longo da nossa interação com os grupos de actores, fomos encerrando dificuldades para abordagem do assunto. Para aceder aas entrevistas foi necessário apelo e uma explicação exaustiva onde informamos a importância do trabalho e garantir que é apenas para fins académicos e a sua identidade estaria protegida. Também houve alguma dificuldade de ordem burocrática, junto a 12ª esquadra, devido ao carácter secreto do trabalho

desenvolvido pelas FDS. Aqui também foi necessário usar a mesma estratégia que consistiu em apelar a colaboração e garantir que se tratava de uma pesquisa meramente académica e estaria garantida a protecção da identidade. Ao nível do círculo do bairro de Maxaquene "A", encontramos o chefe dos serviços municipais, tendo nos dito que esta matéria é da competência do secretário do bairro e este por sua vez nos remeteu aos responsáveis pela segurança nos quarteirões um e dois e seus respectivos chefes.

O segundo desafio foi a questão do tempo, dado que os pesquisadores para além deste trabalho, desenvolvem outras tarefas junto aos seus empregadores. E para superar este desafio, foi necessário desenhar um cronograma das actividades, para harmonização das tarefas.

1.4. Formas de superação

Para superar algumas dificuldades foi necessário ter calma e paciência, explicando as pessoas a importância do nosso tema. Quanto a questão do factor tempo, elaboramos um cronograma de actividades e trocamos contactos telefónicos com os entrevistados para a facilitação dos encontros. Criamos um fundo financeiro, para suprir algumas necessidades, tais como: transporte, crédito, alimentação e outras necessidades imprevistas que iam surgindo no campo. Esta articulação, contribuiu para a gestão da agenda e alcance dos objectivos traçados em tempo útil.

V. Contextualização do bairro de Maxaquene “A”

O bairro de Maxaquene “A” pertence ao Conselho Município da Cidade de Maputo (CMCM), localiza-se no distrito municipal de Ka-Maxaquene. Delimita-se entre o bairro da Urbanização e Maxaquene “B” separado pelas avenidas Acordos de Lusaka e Av. Milagre Mabote respectivamente. Tem uma área de 16. 888. 600 Km e sua população é de 24 mil habitantes, tornando-se num dos bairros com maior densidade de ocupação, segundo o recenseamento geral da população de 2017. Neste bairro, assim como nos bairros circunvizinhos observa-se a existência do sistema de abastecimento de água, instalações elétricas públicas e domésticas, sistema de drenagens e um crescimento de comércio informal na via pública e nas residências. Actualmente, o bairro de Maxaquene “A” tem habitantes provenientes de várias partes do país e do mundo. O bairro tem algumas infra-estruturas e serviços públicos tais como: Escola Secundária Noroeste 1; Escola Secundária Noroeste 2, Escola Primária Completa das FPLM, uma unidade policial designada por 12ª Esquadra, localizada na Avenida das FPLM; um mercado municipal designado por mercado metical e uma feira de diversão e lazer que se dedica a venda de bebidas e outros produtos afins.

Em relação à sua estrutura organizacional, o bairro possui uma sede designada por círculo do bairro, representado por secretário e chefe dos serviços municipais. A nível abaixo, encontramos os chefes de quarteirões, chefes de dez casas, chefes dos assuntos de segurança e policiamento comunitário e os chefes de assuntos sociais. É em função desta estrutura, que as pessoas se relacionam uma com as outras na resolução de qualquer tipo de conflito social que afecta os moradores.

1. Dados históricos sobre o surgimento do bairro Maxaquene “A”

O bairro de Maxaquene “A” surge no período colonial, nos meados da década de 20, do século passado. Este nome (Maxaquene), surge pelo facto de na altura da administração colonial portuguesa, esta zona ter servido para albergar os emigrantes provenientes da província de Gaza e entre eles tratavam-se por “maxaka”, o que traduzido em língua changana significa famílias. Assim, o nome foi evoluindo até ser designado por zona Ka Maxaquene e a primeira autoridade

tradicional do então, foi chamado por Régulo Maxaquene. Conta-se que, como mecanismo de controlo social, o governo colonial português, a nível da periferia da cidade de Lourenço Marques, assentava as pessoas de acordo com a sua proveniência ou zona de origem. O bairro de Maxaquene, Polana Caniço e Urbanização, albergavam as pessoas provenientes da Província de Gaza, tratados por matchanganas. Os bairros de Chamanculo, Xipamanine, bairro indígena, Minkanjuíne, albergava os nativos tratados por Marongas, enquanto que o bairro da Mafalala, albergava os indivíduos provenientes da Província de Nampula, conhecidos por macuas e outros que praticavam a religião islâmica. O bairro Luís Cabral, albergava pessoas provenientes da Província de Inhambane, conhecidos por Manhembanas, por isso, esta zona, é designada até nos dias de hoje, por Chinhembanine, sendo que o nome de Luís Cabral foi atribuído logo após a independência de Moçambique, em homenagem ao primeiro presidente da República de Guiné Bissau. O bairro do Jardim e Aeroporto era para as pessoas com um nível de vida média alta, entre negros assimilados e alguns de raça branca. O bairro de Inhagóia, foi atribuído a indivíduos designados por machopes, provenientes do norte do distrito de Manjacaze, na Província de Gaza e sul de Inhambane. O bairro de Maxaquene “A” pertence ao distrito municipal de Kamaxaquene, juntamente com os bairros de Maxaquene, “B”, “C”, e “D”, bairro Polana Caniço “A” e “B”, Urbanização e Mafalala no Município da Cidade de Maputo.

2. Descrição do Bairro de Maxaquene “A”

O bairro de Maxaquene “A” é uma zona densamente habitada, apresentando uma estrutura urbana com características de um bairro antigo, o que se nota através da sua construção de cimento e chapas de zinco antigas, vias de acesso com asfalto em via de extinção, e alguma infra-estrutura de canalização de água e drenagem em estado obsoleto. Em muitos locais nas ruas como nos quintais de residências prolifera o comércio informal, o que indica que a maior parte da sua população tem como sustento a prática desta actividade. Devido a sua localização, características e condições socioeconómicas dos seus moradores, este bairro é visto como uma área de pobreza. A maioria da sua população tem como local de trabalho a cidade de Maputo, onde desenvolve as suas actividades por conta própria ou ao patronato.

VI. Narrativas acerca do crime de roubo entre os diferentes grupos de actores

Do trabalho de campo realizado, identificou-se narrativas diferenciadas entre os diferentes grupos de actores, nomeadamente: (i) percepção da comunidade e dinâmicas do crime; (ii) perspectivas das vítimas do crime de roubo; (iii), envolvimento da comunidade nas políticas de segurança; (iv) abordagem das autoridades na prevenção do crime (v) e perspectivas dos perpetradores do crime de roubo.

1. Percepção da comunidade e dinâmicas do crime

A percepção da comunidade, é definida como a forma que os membros de uma comunidade percebem e interpretam a segurança e a criminalidade em seu ambiente, desempenha um papel crítico na prevenção da criminalidade. Segundo Sampson e Raudenbush (1999), “A percepção da comunidade, reflecte a interação e dinâmica entre as características e as experiências e as avaliações dos residentes”. Múltiplos factores influenciam a percepção da comunidade, assim como argumenta a senhora Joana:

Aqui no bairro não há segurança, a polícia apenas circula de dia, de noite não vimos polícia a fazer patrulha. Aqui há muitos ladrões, porque muitos jovens não têm emprego e a maioria deles são drogados e bêbados. O nosso bairro não está iluminado na via pública, isto tem facilitado os ladrões. Já falamos com estrutura do bairro acerca disso, mas ninguém resolve o problema de iluminação nas ruas. O sistema de segurança está mal e não temos união no nosso bairro, porque você pode ser agredido e ninguém sai para acudir.

O depoimento da Joana está virado na inoperância policial, desemprego juvenil, falta de iluminação pública e falta de solidariedade entre os moradores, tal como afirma Carlitos:

A polícia faz patrulhamento nas ruas durante o dia solar e no período nocturno anda na estrada onde há iluminação, não entra nos becos e deixando os bandidos a criarem terror no bairro. Os que praticam crimes de roubo nesta zona, são jovens desocupados dos 18-25 anos de idade, que consomem bebidas secas e drogas e para sustentarem os seus vícios recorrem ao roubo.

O depoimento acima é comum entre outras pessoas do bairro de Maxaquene “A”, assim como afirma Miguel:

O nosso bairro não está tranquilo porque existem jovens que nada fazem para o seu auto-sustento e quando anoitecem escondem-se nos becos e assaltam as pessoas que voltam do serviço ou da escola. Estes problemas acontecem porque não existe patrulhamento policial.

Múltiplos factores influenciam a percepção da comunidade. A presença policial, por exemplo, tem um impacto significativo na percepção da segurança, como demonstrado por Skogan (1990), afirmando que a visibilidade policial e a resposta rápida a problemas de segurança podem aumentar a sensação de segurança na comunidade.

Outra questão colocada pelos moradores, está relacionada com a falta de confiança entre estes e a polícia, falando da corrupção na soltura dos criminosos, segundo relata António:

O problema da criminalidade no bairro, nunca vai ter solução, porque a polícia não colabora na punição dos criminosos. É normal levar um ladrão a esquadra e no minuto seguinte ele já está fora e ainda ti encontra na zona goza consigo. Os policia recebem dinheiro para soltar os criminosos. Os criminosos têm consciência que na esquadra não vai lhes acontecer nada porque a polícia basta receber dinheiro vai lhe soltar. Por isso a melhor forma quando encontramos o ladrão é amarrar, bater e colocar pneu no pescoço. Na esquadra já nem se bate ladrões por causa dos direitos humanos.

Assim, como argumenta a senhora Fátima:

Os azulinhos quase que não ganham nada, por isso, quando encontram alguém com coisa roubada, criam] formas de não chegarem na esquadra com a condição de pagar um (x) e deixarem o ladrão. Mesmo para caso de criminosos que estão nas celas é normal entrar hoje e amanhã estar solto. Não há justiça. Mas isso deve-se ao pagamento de dinheiro nas esquadras. O governo deve pagar melhores salários aos policia. Enquanto não terem boa remuneração, é perca de tempo acionar a polícia em caso de apanhar um ladrão. A melhor forma é torturar o ladrão, porque ele também quando ti encontra não ti poupa. No ano passado foi apanhado um ladrão na

zona do mercado do mercado metical, este foi torturado até a morte pelos populares. A partir daquele episódio a situação de roubo acalmou aqui no bairro.

Aliado ao fenómeno de soltura de criminosos pela Procuradoria ou tribunal, Chea (2015) diz que cidadãos recorrem à justiça pelas próprias mãos devido ao desespero das vítimas; ineficiência do serviço da polícia; falta de confiança da sociedade para com a polícia; e falta de comunicação entre denunciante e os que têm competências de soltar. E neste caso há necessidade de se revitalizar o diálogo através das reuniões de ligação polícia-comunidade onde poderia se explicar a funcionalidade do princípio de separação de poderes.

2. Perspectivas das vítimas do crime de roubo

A compreensão das perspectivas das vítimas é fundamental para uma análise aprofundada das interpretações locais do crime. Segundo Da silva (2017), as vítimas de roubo, frequentemente vivenciam traumas e sentimentos de insegurança, o que influencia significativamente sua visão do crime e suas atitudes em relação às autoridades de segurança.

Silva destaca a importância de considerar o trauma vivenciado pelas vítimas e como isso molda suas percepções e respostas ao crime, tal como narra a verónica:

Fui interpelado pelos criminosos quando voltava do serviço, na rua próximo a minha casa, por cerca das 20 horas. Eram dois jovens não lhes reconheci, porque haviam se mascarado. Desconfio que sejam ladrões que residem aqui no bairro. Neste bairro há muitos jovens desocupados que passam a vida a consumir álcool e estupefacientes. Apertaram-me o pescoço e arrancaram-me a bolsa que continha meu telemóvel, dinheiro e documentos. Não consegui gritar em pedido de socorro porque haviam me apertado a garganta participei queixa na 12ª esquadra, mas até hoje a polícia ainda não esclareceu o caso e sempre que lá me dirijo, dizem que o processo foi remetido no SERNIC para efeitos de investigação. A partir daquele dia tenho medo de andar de noite, quando vejo uma pessoa a minha frente ou atrás desconfio e sempre que volto do serviço peço ao meu namorado

para vir me levar na paragem. Para além de ter perdido os meus pertences, sofri agressão no pescoço e tive que fazer tratamento médico por conta das dores. A esquadra apenas me deu uma guia de tratamento que fui apresentar no hospital. Não tive nenhum apoio psicológico.

Assim como afirma o Manuel:

Eu fui vítima de roubo na minha casa, foi num sábado em que a família havia se ausentado e ao regressar encontrou que porta foi arrombada e os gatunos roubaram minha botija de gás, televisor, dinheiro, capulanas, e vasculharam todos os compartimentos da casa e deixaram tudo desarrumado. Tive que reforçar a segurança nas portas e nas janelas. Desde aquele dia a minha família vive com medo e mesmo eu não apanho sono. E numa das vezes sonhei enquanto havia entrado ladrões na minha casa. Eu e minha família não tivemos nenhum apoio psicológico. Meti a queixa na 12ª esquadra, mas até hoje a polícia ainda não esclareceu o caso e fui dito que remeteram o processo no SERNIC para a investigação. Chegado no SERNIC, fui dito que ainda não há pistas para seguir com a investigação.

Todavia, há casos em que os criminosos ameaçam as suas vítimas com recurso a armas de fogo ou brancas, como referiu o Rafael:

Numa certa noite entraram ladrões na minha casa. Arrombaram a porta e apesar do meu grito de socorro não se intimidaram. Em pouco tempo arrombaram a porta de grade da varanda e a porta de madeira, entraram na casa, ameaçaram, toda minha família com armas de fogo e catanas. Era um grupo numeroso de indivíduos acima de dez, geralmente conhecidos por G-20. Fizeram fortes ameaças, tendo chegado a ligar ferro de engomar dizendo que iam passar sobre os nossos corpos, caso não tirássemos o dinheiro, ameaçaram em violar sexualmente minha esposa e filhas. Eu e a minha esposa fomos espancados com catanas e ferros que traziam. Foi uma noite de terror. Entreguei todo o valor que havia na casa e também levaram os nossos telemóveis, cartões de banco,

aparelhagem e TV. Não consegui ver os rostos dos criminosos, porque estes haviam se mascarado. Particpei a queixa na 12ª esquadra, e o processo encontra-se no SERNIC para efeitos de investigação. No entanto, passado duas semanas, fui contactado pelo agente da brigada do SERNIC, para me dirigir naquela esquadra. De lá fui orientado a ir até 14ª esquadra e porque havia sido detido uns assaltantes na posse de bens roubados. Chegado na esquadra fui me apresentado vários bens de uso caseiro, incluindo material eléctrico, telemóveis e máquinas de soldadura. Naquele conjunto de bens fui reconhecer meu televisor do tipo plasma marca samsung e computador portátil de marca Dell. Não rehaví a maior parte dos meus bens. Fui dito que são apenas os bens que foram recuperados na posse dos criminosos, o restante dos bens pertenciam outras vítimas e estavam detidos quatro assaltantes. Passados dois dias, fui entregue os bens após uma sessão de audiência. Agora aguardo a notificação do tribunal para o julgamento. Contratei um serralheiro e um carpinteiro para repararem as portas danificadas pelos criminosos e reforçar a segurança noutras portas e janelas. A partir daquele eu e minha família vivemos com medo. Na esquadra deram-nos uma guia de tratamento para eu e minha esposa irmos ao hospital, por conta das agressões que havíamos sofrido. Não tivemos nenhum apoio psicológico.

3. Envolvimento da comunidade nas políticas de segurança

A pesquisa de Carvalho (2018) concentrou-se no envolvimento da comunidade nas políticas de segurança. Ele argumenta que o envolvimento activo da população nas estratégias de segurança pode melhorar a eficácia das políticas, fortalecer a confiança nas autoridades e reduzir o crime.

As vítimas quando sofrem acções dos criminosos, para além de participar a queixa na esquadra, também informam a estrutura do bairro, tal como afirma Daniel chefe de quarteirão 1:

O nosso bairro e em especial no meu quarteirão há reclamação de casos de assaltos, tanto nas casas como nas residências, somos vítimas de bandidos. Há

dias atrás foi esfaqueada uma moça e arrancada seus bens. Isso foi por volta das 20 horas. A moça vive noutra parte do bairro e voltava da escola. Os criminosos não foram encontrados e a moça foi socorrida para hospital 1º de Maio. Os moradores quando sofrem roubo, sempre informam a estrutura do bairro e nós aconselhamos para dirigirem-se a esquadra. Mesmo em casos que encontram ladrão em flagrante, nós como estrutura, chamamos a polícia para intervir, porque os populares preferem fazer justiça com as próprias. Geralmente os que protagonizam assaltos são jovens residentes aqui do bairro e alguns conhecemos. São nossos filhos. Eu na qualidade de estrutura do bairro e em coordenação com PC e PRM, costumo denunciar os jovens que roubam aqui na zona. O resto já cabe a polícia. Também temos tido encontros com o comandante da esquadra, onde falamos acerca da criminalidade no bairro. Muitos jovens daqui do bairro não tem ocupação e roubam por falta de alternativa. Muitos deles passam o dia a beberem e a fumarem e de noite assaltam pessoas. O problema é que muitos deles não gostam de fazer biscates. Querem dinheiro fácil. Andam em grupos. Não tem respeito com os mais velhos e nem participam nas reuniões comunitárias para a discussão de problemas que afectam o bairro. Em termos de segurança, o bairro não está bom. É necessário o reforço da patrulha policial durante a noite. Até devia andar a polícia paisana para surpreender os malfeitores, porque quando eles vêm a polícia fardada ainda a distância, escondem-se e passam a controlar a movimentação policial.

De algum modo, autoridade local do bairro é uma estrutura de ligação entre a comunidade e a polícia na resolução de actos criminais, tal como afirma Estevão, responsável pelo Policiamento comunitário no bairro dois:

Eu como responsável pela segurança no meu bairro, faço coordenação com a polícia, para neutralização dos criminosos aqui no bairro. Denuncio os criminosos junto a polícia da 12ª esquadra. Também temos tido reuniões mensalmente com o comandante da esquadra e outro colectivo policial, onde discutimos assuntos relacionados com roubos, violações de mulheres, venda e consumo de drogas. Tenho recebido reclamações de moradores acerca do crime

de roubo e sempre aconselho a participarem a queixa junto a esquadra. Conheço alguns jovens que cometem crimes de roubo e sempre comunico a polícia para a sua neutralização. Os crimes de roubo acontecem na rua como também nas residências. Quanto ao estágio da segurança no bairro não está muito bom. Precisamos de reforço na patrulha policial, principalmente no período noturno, porque é nesta altura que se torna difícil circular no bairro. Esta é a inquietação dos moradores e varias vezes comunicamos ao comandante da esquadra nos nossos encontros. A falta de iluminação é outro problema que inquieta os moradores, porque os bandidos actuam em lugares de escuridão. Como estratégia para a prevenção do crime, temos tido reuniões locais com os residentes, onde discutimos vários assuntos incluindo a questão da criminalidade. Numa das reuniões decidimos que cada residência deve possuir um apito para servir de alerta sempre que alguma casa for alvo de malfeitores e também a troca de contactos telefónicos entre a vizinhança para se alertarem em casos de assaltos. Alguns moradores colaboram na prevenção do crime. Mas outros não se interessam e nem participam nas reuniões comunitárias. Nas reuniões apelamos a denúncia dos criminosos, mas algumas pessoas não o fazem, porque estes, são seus filhos e familiares.

4. Abordagens das autoridades na prevenção do crime

Gomes (2021) investigou as diferentes abordagens adoptadas pelas autoridades de segurança na prevenção do crime de roubo. Destaca que a interpretação das autoridades sobre o roubo, pode influenciar, se a ênfase será colocada na repressão, na prevenção ou em abordagens mais sociais de reabilitação.

A 12^a esquadra da PRM, localizada na Av. FPLM, é a entidade responsável na manutenção da ordem, segurança e tranquilidade público, no bairro de Maxaquene “A”, tal como afirma Sr. Zangado, membro da PRM, oficial de permanência, que trabalha há dez anos naquela esquadra:

A nossa esquadra subordina-se ao comando da PRM da cidade de Maputo e é responsável pela manutenção OSTP nos bairros de Maxaquene, Polana Caniço e Urbanização. A esquadra tem recebido várias queixas do crime de roubo, reportado pelos moradores do bairro de Maxaquene “A”. Quando recebemos estas queixas abrimos um auto de denúncia, identificando o queixoso, reportando os factos sucedidos, com detalhes sobre quem cometeu o crime, a onde, quando, o que foi roubado e as circunstâncias ou modus operandi do crime. Eu na qualidade de oficial de permanência destaco uma equipa policial até ao local do crime para ir colher mais dados acerca do caso. Há casos em que os autores de crime são identificados e neutralizados, mas também há casos em que a polícia não os encontra e assim instaura-se um processo contra autores desconhecidos. A esquadra tem registado outros tipos de crime, tais como: homicídio, burla, furto, venda e consumo de estupefacientes, ofensas corporais e morais, mas o crime de roubo tem sido o mais frequente. Geralmente os criminosos actuam na via pública onde roubam pertences pessoais como telemóveis, dinheiro e outros. Nas residências roubam dinheiro, eletrodomésticos e outros objectos que tem valor comercial. Há casos em os criminosos ameaçam e agridem as vítimas com uso da força física ou com recurso armas de fogo e brancas, tanto na via pública como nas residências. Existem casos em que os malfeitores entram nas residências sem ser apercebidos. Frequentemente, este tipo de crime ocorre no período nocturno e é cometido por jovens na faixa etária de 18 a 25 anos. Para o combate a este tipo de crime, a polícia usa estratégias que vão desde o patrulhamento, recolha de informações, colaboração com a comunidade na denúncia, elaboração de processos que encaminhamos junto ao SERNIC para efeitos de investigação. Para além do SERNIC, interagimos com outras instituições da administração da Justiça, tais como a procuradoria e o tribunal distrital.

Acerca dos meios que a polícia usa na manutenção da ordem e segurança e em especial no combate e prevenção do crime de roubo, a polícia usa meios materiais e humanos á sua disposição. A esquadra possui celas onde são depositados todos os indivíduos indiciados nos crimes de roubo e outros. Estes, são encaminhados ao tribunal mediante o despacho da procuradoria. Quanto ao

nível de resposta aos casos denunciados, a polícia tem respondido com eficácia e mesmo para os casos que ainda não foram esclarecidos, a polícia está empenhada para o seu esclarecimento e apela a colaboração da comunidade para tal, porque os malfeitores são filhos desta comunidade. Acerca das causas do crime de roubo posso apontar a ganância e desejo de dinheiro fácil por parte dos jovens, o consumo de estupefacientes e desvio comportamental. Aqui conheço jovens que não tem emprego, mas que não optam pela via da prática dos crimes. Procuram outras alternativas honestas para o seu sustento.

Em seu estudo, Ferreira (2019) analisou como as políticas de segurança impactam o ambiente urbano e a dinâmica do crime. Ele observa que as políticas de segurança podem moldar o comportamento dos actores envolvidos, incluindo a comunidade, a polícia e os criminosos.

Para além das denúncias feitas pelas vítimas e estrutura do bairro, a polícia junto com a comunidade, planifica estratégias que ajudam na manutenção da ordem e segurança no bairro de Maxaquene “A”, como afirma Cosme, sargento da Polícia, afecto na 12ª esquadra há 5 anos que desempenha a função de chefe de sector policial no bairro de Maxaquene “A”:

Na qualidade de chefe de sector policial no bairro de Maxaquene “A”, trabalho com estrutura do bairro e cidadãos idóneos, na busca de soluções para o crime. Trabalho a paisana. A minha missão é coordenação junto com os membros da PRM e SERNIC nas informações em minha posse, para ajudar na rápida resposta aos casos criminais. Esta forma de trabalho é uma das políticas de segurança e prevenção criminal adoptada pelo Comando Geral da PRM, no âmbito da ligação polícia-comunidade. Todos os bairros têm um chefe de sector policial que recolhe toda informação de utilidade policial para o esboço das estratégias. Aqui neste bairro, trabalho com todo tipo de crime, embora o roubo tem sido um dos casos que ocorre com maior frequência, comparativamente a outros tipos de crime. Quanto a estratégia para o combate do crime de roubo, apelamos aos moradores e estrutura do bairro na denúncia de suspeitos, reforço de segurança nas portas e janelas das casas, uso de apito em caso de assalto nas residências, de noite andar em grupo, evitar caminhar sozinho em ruas sem iluminação, encerramento das barracas ou casas de diversão até no máximo 21 horas e

outras medidas. Os jovens é que são apontados como praticantes deste tipo de crime. O que leva a estes a praticarem roubo é falta de cultura de trabalho. Não gostam de trabalhar. Querem dinheiro fácil para sustentar vícios. Há muitos jovens aqui no bairro que não optam pela prática de crime para o seu sustento, recorre a trabalhos de carregamento de lixo nas casas, fazem pequenos trabalhos nos mercados de xiquelene e Metical, outros quando amanhece vão a cidade onde lavam carros e outras actividades honestas.

Para além da PRM, há outras instituições que entram em cena, quando se trata de eventos criminais. Em antropologia das políticas públicas, estas articulações interinstitucionais são designadas por redes. As relações interinstitucionais podem ser assentes na troca de documentos, ou informal assentes em contactos e interações mais ou menos improvisadas (Lopes et al 2017). A esquadra não é o principio e o fim dos processos crimes, é apenas porta de entrada das denúncias, tal como afirma Marcelino, agente do SERNIC, em serviço na 12ª Esquadra há 3 anos:

Não vou entrar em detalhes acerca da matéria de investigação criminal, porque é de carácter secreto. Apenas digo que quando a esquadra recebe uma queixa, elabora um auto de denúncia e remete noutras instâncias, como SERNIC ou tribunal da área de jurisdição. O SERNIC, recebe da esquadra auto de denúncia em que a matéria carece de uma investigação. Por sua vez, elabora um processo de instrução e investigação criminal. Feita a investigação, constitui-se junto ao processo, o corpo do delito, onde encontramos os agentes do crime e provas da sua participação. Desta forma encerra-se o processo de investigação e remete-se o processo junto a procuradoria da área de jurisdição para efeitos de acusação. Feita a acusação, a procuradoria remete o processo junto ao tribunal para efeitos de julgamento e condenação dos agentes do crime. Os agentes do crime que se encontram na condição de arguidos ou presos, tem direito a um advogado e aqueles que apresentam dificuldades de pagar honorários a um advogado o Estado lhes garante assistência jurídica através de um técnico Jurídico do IPAJ. Este é o percurso de um processo, seja ele de um crime de roubo ou outro tipo de crime. Quanto as solturas dos agentes do crime, é da competência da

procuradoria, no caso daqueles que se encontram detidos nas celas das esquadras e do tribunal, para caso daqueles que se encontram nos estabelecimentos prisionais. São soltos mediante mandados de soltura emitidas pelas entidades acima citadas. A PRM e o SERNIC, não tem competência para a soltura dos detidos e prisioneiros. O SERNIC, tem á sua disposição, o código processo penal (CPP), o Código Penal (CP), o seu estatuto orgânico e demais legislações como meios auxiliares para o seu trabalho.

5. Perspectivas dos perpetradores do crime de roubo

Santos (2019) ressalta que a compreensão das motivações dos perpetradores e das condições sociais que os levam ao crime é essencial para desenvolver estratégias eficazes de prevenção e intervenção.

Ninguém nasce ladrão, a sociedade é que o corrompe, segundo conta Naftal, detido nas celas da 12^a esquadra da PRM, indiciado no crime de roubo:

Eu encontro me detido porque roubei televisor numa casa no bairro de Maxaquene “A” na madrugada do sábado passado. Estava na companhia do meu amigo, ora fugitivo, roubamos TV e fomos vender numa pessoa conhecida. Este quando foi encontrado com o televisor, por sua vez indicou a mim e ao meu comparsa. A polícia veio me levar em casa e quando fui indicar a casa do meu amigo, este já havia tomado conhecimento das buscas e tinha se posto em fuga para parte incerta. Mas confessei o crime e fiz pedido de desculpas aos chefes e ao dono do TV. Eu era um bom rapaz, estudei até 10^a classe, mas outros jovens que cresceram comigo na zona é que me fizeram ser ladrão. Eles tinham dinheiro pagavam coisas para mim e certa vez disseram me que para eu também ter “taco”, devia lhes acompanhar nas suas incursões de gatunagem. Foi assim que me tornei delinquente. Esta é a terceira vez que fico preso. A primeira vez roubei no bairro da Malhangalene e fui detido juntamente com os meus dois comparsas na 6^a esquadra e de lá fomos transferidos para a cadeia central na Machava. Fui condenado a dois anos de prisão e fiquei por lá, por cerca de sete meses, porque

interrompi a pena graças ao indulto presidencial, no dia 15 Dezembro de 2022, uma vez que eu era réu primário. A segunda vez fui detido na 14ª por ter arrombado uma barraca com os meus amigos. Lá fomos presos por piqueiros. Ficamos dois dias e no terceiro dia, a mãe de um dos meus comparsas foi “bater mesa” e fomos soltos. Eu sempre cometo crimes de roubo na companhia dos meus amigos, porque sozinho tenho medo. Não tenho lugar de preferência para a prática de roubos. Depende das circunstâncias e do plano traçado pelos meus comparsas. Conheço muitos jovens que praticam crimes de roubo, aliás conheço muitas quadrilhas daqui do Maxaquene e dos outros bairros circunvizinhos. Quanto ao trabalho da polícia para estancar onda de roubos, acho que é bom. Mas os azulinhos não conseguem apanhar ladrão com facilidade, porque são logo notados, devido ao fardamento. Eles só ti apanham de surpresa, quando chegam na sua de madrugada casa, você ainda a dormir. Os piqueiros é que conseguem apanhar os ladrões, porque ninguém topa que são “txuias” e são muito agressivos quando ti pegam, torturam ti muito com chambocos, armas e você até pode confessar coisas que não sabes. A informação adicional que posso fornecer, acerca do crime de roubo, é que muitos de nós não nascemos criminosos, mas as influências dos amigos é que nos faz sermos ladrões.

Como afirma Titos, detido nas celas da 12ª esquadra da PRM, disse que não nasceu ladrão, mas com a morte dos pais ficou vulnerável, e submeteu-se a qualquer actividade para garantir a sua sobrevivência:

Meu nome é Titos, estou detido porque assaltei uma cidadã na companhia dos amigos, roubamos uma bolsa que continha dinheiro, fios de ostentação e celular. É a primeira vez que fico detido nesta esquadra. A primeira vez que fiquei detido foi nas celas da 1ª esquadra na baixa da cidade, mas não houve provas da minha participação no crime e logo fui solto. Eu estava por lá a lavar e guarnecer os carros. Depois os meus amigos da zona convenceram-me a entrar no caminho da criminalidade, para ganhar dinheiro. Estou no mundo de crime porque perdi os meus pais ainda cedo e não tenho oportunidade de emprego. Quanto as

estratégias que adopto para a prática de crimes de roubo, prefiro me juntar com os meus amigos, porque eu na verdade não sou ladrão profissional. Os meus amigos é que me encorajam. Os locais de roubo dependem das oportunidades. Pode ser na rua ou nas casas. Roubamos bens que tem logo saída, como telefones, plasmas, botijas de gás, colares de ouro ou prata. As coisas que roubamos vendemos nos mercados estrela vermelha e ás vezes no mercado xiquelene. Mas não ganhamos muito dinheiro porque vendemos nos revendedores e eles também pagam nos poucos dinheiros, porque sabem que são produtos roubados. Por exemplo uma botija de gás é comprada a dois mil meticais ou mesmo mil e quinhentos. Nós também acabamos aceitando porque queremos dinheiro e temos que nos livrar de produto roubado, o mais rápido possível, antes de sermos capturados pelos bufos. Nunca agredi ninguém para lhe roubar, porque não tenho coragem. Outros meus amigos é que têm coragem. Nunca sujei as minhas mãos de sangue. Estou no mundo do crime há seis anos, mas não roubo todos os dias, apenas vou “pandar” quando estou com fome e sem ideia de nada para o meu sustento.

VII. Análise das narrativas do crime de roubo no bairro de Maxaquene “A”

Conforme afirmamos anteriormente, a escolha deste tema resulta da preocupação antropológica de compreender no âmbito das políticas públicas, as estratégias de segurança no campo da criminalidade e em especial o crime de roubo no bairro acima citado.

Ao nível da comunidade o crime de roubo tem como causa, o desemprego juvenil aliado ao consumo de estupefacientes e de bebidas secas de baixo custo. Este crime é praticado por jovens do sexo masculino. Os informantes não citaram roubos praticados por indivíduos de sexo feminino. O que pode consubstanciar-se na socialização dos indivíduos, uma vez que nesta realidade sócio- cultural, o homem é socializado a ocupar o espaço público, significando ser o “bread winner” (provedor), enquanto a mulher é socializada para o espaço doméstico.

De acordo com as narrativas colhidas, os criminosos não têm uma punição severa, por parte das autoridades, suscitando deste modo, uma preferência da prática da justiça pelas próprias mãos.

A nível da comunidade, tal como ouvimos com os informantes, os criminosos assumem vários sinónimos, tais como: ladrão, malfeitor, criminoso, ninja, assaltante e bandido.

Ao nível das autoridades responsáveis pela prevenção do crime, os criminosos são tal, porque assumem um comportamento desviado e há várias alternativas para contornar a falta de emprego, sem criar “dor de cabeça” as autoridades e desassossego na comunidade. Há jovens desempregados que fazem trabalhos informais para o seu sustento.

Tal como ouvimos com na voz dos agentes da autoridade, os criminosos assumem outros sinónimos, definidos pela lei tais como: criminoso, agente do crime, delinquente e cadastrado. A explicação obtida na 12^aesquadra, é que o criminoso é qualquer indivíduo que pratica o crime e é também agente do crime. Delinquente é o indivíduo que popularmente é conhecido como vivente no mundo do crime ou delinquência. Enquanto que cadastrado trata-se de um indivíduo que tem registo policial por prática de vários crimes.

Dos depoimentos colhidos aos perpetradores do crime que se encontravam nas celas da 12^aesquadra, estes legitimam as suas práticas alegando falta de oportunidade para viverem de forma honesta. Tal como ouvimos na voz destes, a relação com os agentes de autoridade é como se

fosse de “*gato e rato*” e por parte destes, as autoridades policiais assumem sinónimos de bufos, chefes e piqueiros.

Segundo as narrativas da comunidade, há Percepção de que a questão dos criminosos e o crime de roubo cabe exclusivamente à PRM, com alcunhas de “Tchuias”, “bufos” “azulinhos” outrora chamados por cinzentinhos, aliados a cor da farda que estes envergam. A comunidade desconhece outras instâncias e seu papel na gestão do crime de roubo. Apenas citam o trabalho da PRM no fracasso e sucesso no combate de roubos e da criminalidade no geral. Poucas vezes citam o papel do SERNIC, como Serviço Nacional de Investigação Criminal de natureza paramilitar, auxiliar da administração da justiça, criada pela Lei nº 2/2017 de 9 de Janeiro.

Constatou-se que, a comunidade desconhece o papel da Procuradoria da República de Moçambique a nível Geral, Provincial e distrital, criada sob a Lei 1/2022 de 12 de Janeiro que tem a função de exercer a acção penal e dirigir a instrução preparatória dos processos crimes e assegurar a defesa jurídica e interesses dos menores e incapazes.

Como vimos nos parágrafos anteriores os tribunais judiciais também não são citados pela comunidade na questão relacionada com a criminalidade, embora estas têm a função de dirimir todo tipo de conflito ao serviço dos interesses do povo moçambicano, aplicando a justiça mediante as provas apresentadas em sua sede, segundo a lei 12/2022 de 12 de Janeiro.

Segundo a Antropologia das políticas Públicas, a PRM, o SERNIC, a Procuradoria e os tribunais judiciais, são articulações interinstitucionais no complexo organizacional do Estado que intermedeiam outras instâncias de interesse público e/ou privado. As redes unem diferentes contextos e actores institucionais e, concorrem como mediador quando se pretende que a instituição contacte outras instâncias ou intermedeie interesses numa relação estabelecida de poder burocrático segundo regras estabelecidas. As relações interinstitucionais podem ser burocráticas assentes na troca de documentos, ou informal assentes em contactos e interações mais ou menos improvisadas.

De acordo com as narrativas, é notória a falta de entrosamento entre os actores envolvidos, o que constitui obstáculo no campo das políticas públicas para a elaboração de estratégias de segurança para o combate da criminalidade no bairro de Maxaquene “A”.

VII. conclusões

O presente trabalho procurou compreender como as narrativas do crime de roubo concorrem para a produção de diferentes estratégias de prevenção do crime de roubo desde os actores envolvidos até as instâncias de gestão deste fenómeno social.

Na presente pesquisa, apoiamo-nos na teoria interpretativa de Clifford Gertz (1989), com auxílio do interacionismo simbólico do Blumer (1980). Estas duas perspectivas foram de extrema importância na análise das relações estabelecidas entre diferentes grupos de actores envolvidos no crime de roubo, assim como as narrativas produzidas nas estratégias de segurança.

A abordagem interpretativa permite-nos compreender como é que as políticas públicas se relacionam com as populações acerca do crime de roubo e como elas são vividas a nível local. Observamos que, as pessoas constroem uma variedade de narrativas sobre as instancias que tratam da gestão do crime de roubo.

O modelo interpretativo do Gertz (1989), consiste em captar a teia de significados que as pessoas constroem em um determinado contexto nas suas múltiplas relações, através da descrição densa que é o método etnográfico. É neste contexto que procuramos compreender o que as pessoas pensam e narram sobre as abordagens institucionais no crime de roubo.

O interacionismo do Blumer (1980), foi articulado á medida que as interações entre indivíduos são guiadas por significados que cada um atribui às coisas, quer de forma colectiva ou individual. Esta teoria defende que o significado é um dos mais importantes elementos na compreensão do comportamento humano, das interações e dos processos. Para Carvalho (2010), o significado é um produto social, uma criação que emana das actividades dos indivíduos á medida que estes interagem.

Desta análise, constatamos a existência da percepção da comunidade e dinâmicas do crime de roubo, perspectivas das vítimas do crime de roubo, envolvimento da comunidade nas políticas de segurança, abordagem das autoridades na prevenção do crime de roubo e perspectiva dos perpetradores do crime de roubo.

O estudo investigou as diferentes abordagens adoptadas pelos moradores e autoridades de segurança na prevenção do crime de roubo no bairro de Maxaquene “A”:

Os moradores traçam suas estratégias de prevenção do crime de roubo no espaço doméstico e público, adoptando as seguintes medidas:

- Reforço de segurança através de gradeamento das portas e janelas;
- Num acto de solidariedade, usam apitos para alertar a vizinhança em caso de movimento estranhos nas suas residências durante a noite ou madrugada;
- Evitam dar informações das suas ausências em residências;
- Evitam andar de noite em especial nas artérias sem iluminação pública e quando o fazem procuram andar em grupo, ocultando seus pertences, tais como telemóveis, algibeiras, cabelos postiços e objectos de adorno.

A 12ª esquadra da PRM, é entidade policial, é responsável pela ordem, segurança e tranquilidade pública no bairro de Maxaquene “A” e nas suas incursões contra o crime de roubo e outros desvios sociais, segue com o cumprimento das políticas públicas, implementando as seguintes estratégias:

- Patrulhamento diurno e nocturno;
- Recolha de informações criminais;
- Relação entre polícia e comunidade através do policiamento e reuniões comunitárias; - Instauração de processos crimes nos casos de denúncias;
- Prossecução dos procedimentos administrativos na tramitação dos processos crimes na sua relação com os outros órgãos de administração da justiça.

A pesquisa demonstra que, o crime de roubo no bairro de Maxaquene “A”, envolve os residentes, vítimas, estrutura do bairro, agentes da polícia em serviço na 12ª Esquadra da PRM, localizada na Avenida FPLM e os perpetradores do crime de roubo detidos nas celas desta entidade policial.

No trabalho de campo efectuado, foi possível constatar que a morosidade na tramitação dos processos crimes, a complexidade e burocracia das instituições de administração da justiça, a linguagem técnica usada por parte dos servidores públicos, leva à percepção de que do ponto de vista do Estado, as políticas públicas não visam a satisfação dos interesses e necessidades das populações, havendo deste modo, a prática da justiça pelas próprias mãos.

O estudo demonstra que há vários desafios na elaboração de políticas públicas na estratégia do combate ao crime de roubo no bairro de Maxaquene “A”, que ultrapassam as instituições de administração da justiça, desde a falta de iluminação pública, o desemprego, falta do planeamento físico urbano, consumo de álcool e drogas.

A percepção da comunidade é negativa e os residentes são menos propensos na colaboração com as autoridades policiais na denúncia dos criminosos, estratégia do combate ao crime, e participação activa nos programas de prevenção à criminalidade.

A estratégia de segurança, carrega consigo múltiplas narrativas entre os diferentes grupos de actores acima citados. As narrativas, mostram que nos grupos de actores, há diferenças de práticas, percepções, significados e narrativas sobre o mesmo fenómeno.

O bairro de Maxaquene “A”, localiza-se na periferia da cidade de Maputo, enquadrando-se na teoria da Escola de Chicago, que se tornou respeitada entre os anos 1920-1930, especialmente em função dos trabalhos que estabeleceram relação entre a organização do espaço e a criminalidade. A partir daí, o crime passou a ser entendido como produto da urbanização (Freitas 2002).

Pudemos concluir que, acerca do crime de roubo e sua relação com estratégias de segurança, decorrem várias interpretações de fórum comunitário e institucional, desde a aceitação, rejeição e manipulação por parte de grupos de actores envolvidos, de acordo com os interesses que cada um representa.

Referências bibliográficas:

Alberto, I. 2014. *Narrativas de Roubo: Compreendendo as Perspectivas das Vítimas e dos Perpetradores*. Editora Universitária.

Andrade, M. 2006. *Introdução a metodologia do trabalho científico*. 7ª edição. São Paulo: Atlas Editora.

Blumer, H. 1980. “A natureza do interacionismo Simbólico”. In: *Teoria da comunicação: textos Básicos*. São Paulo: Mosaico, pp. 65-75.

Brown, M. Davis, R. 2017. *Sociological Perspectives on Robbery: A Comprehensive Analysis*. *Sociology Quarterly* pp. 112-129.

Carvalho, A. 2018. *Envolvimento Comunitário nas Políticas de Segurança Urbana*: Editora Acadêmica.

Chea, G. 2015. *O contributo da polícia da Republica de Mocambique na promoção da cidadania na Cidade de Nampula-Moçambique, de 1998 a 2013*. Dissertação para tese de mestrado em ciências políticas e estudos africanos. Nampula: Universidade Católica de Moçambique.

Durkheim, E. 1995. *As regras do método sociológico*. 6ª Edição. Lisboa: Editorial Presença.

Ferreira, L. 2019. *Políticas de Segurança Urbana: Impacto no Ambiente Urbano*. *Revista de Estudos de Segurança*, 40(1): 75-90.

Fernandes, B. 1994. *Criminalidade, versus, consumo de drogas: um estudo de caso no bairro da Mafafala*. Porto: FLUP.

Freitas, P. 2002. *Teorias de escolha racional*. Rio de Janeiro: SA

Geertz, C. 1989. *A interpretação das culturas*. Rio de janeiro: SA

Gomes, P. 2021. *Abordagens das Autoridades na Prevenção do Roubo: Um Estudo Comparativo*. *Revista de Criminologia Urbana*, 42(2): 100-115.

Malinowski, B. 1978. *Os argonautas do Pacífico Ocidental. Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné-Melanésia*. Ed. Abril Cultural.

Marconi. M. A.; Lakatos, E. M. 2003. “*Técnicas de pesquisa.*” In: *fundamentos da metodologia científica*. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, pp. 174-214.

MINT-Ministério do Interior de Moçambique. Relatório Anual de Segurança, 2001. Dados estatísticos. Balanço anual. Maputo: Comando da PRM Cidade de Maputo.

MINT- Ministério do Interior 2018. As lições do policiamento comunitário.

Monjane A. 2009. *A Situação de Reincidência criminal nos reclusos do Estabelecimento Penitenciário da Machava*. Dissertação para Tese de licenciatura em História. Faculdade de Letras e ciências Sociais. Maputo: UEM.

Santos, R. 2003. Motivações e Dinâmicas do Crime: Uma Perspectiva dos Perpetradores. *Revista de Estudos Criminais*, 40(3): 65-80.

Smith, J. 2018. *Crime and Society: An Historical Perspective*. Academic Press.

Silva, C., & Santos, D. 2017. Socioeconomic Factors and Urban Crime: A National Study. *Journal of Urban Studies*, 42(4): 789-805.

Silva, M. 2017. *Trauma e Percepção da Segurança: Experiências de Vítimas de Roubo em Contexto Urbano*: Editora Acadêmica.